

“Vê se não demora”: a construção idiomática com “vê/veja se” e a pressuposição pragmática de obrigação prévia

*“Vê se não demora”: the idiomatic construction with “vê/veja se” and the pragmatic
presupposition of prior obligation*

Dennis de Oliveira Alves^{1*}

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Diogo Oliveira Ramires Pinheiro^{2*}

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este artigo buscou investigar se a construção idiomática com “vê/veja se” + sentença (ilustrada por enunciados como “Vê se não demora” e “Veja se devolve meu livro”) ativa uma pressuposição pragmática de obrigação prévia, conforme proposto por Alves e Pinheiro (2024). Para isso, conduzimos um experimento off-line com 60 participantes, que avaliaram sentenças e optaram por alternativas que indicavam ou não a consciência de uma obrigação previamente estabelecida. Os resultados revelaram um efeito estatisticamente significativo da construção idiomática: as sentenças com a presença da construção apresentaram proporções maiores de seleção do pressuposto em comparação com sentenças equivalentes no imperativo simples. Esses achados sugerem que a construção está convencionalmente associada ao pressuposto, conforme postulado por Alves e Pinheiro (2024). Ao testar essa proposta por meio de um delineamento experimental, este estudo contribui para consolidar a descrição semântico-pragmática de uma construção do português brasileiro e abre caminho para investigações futuras, incluindo o teste de outras hipóteses presentes na literatura.

Palavras-chave: Construções idiomáticas. Linguística experimental. Pressuposição pragmática. Obrigação prévia.

Abstract: This article investigates whether the idiomatic construction “vê/veja se” + sentence (as in “Vê se não demora” and “Veja se devolve meu livro”) activates a pragmatic presupposition of prior obligation, as proposed by Authors (2024). To this end, we conducted an offline forced-choice experiment with 60 participants, who evaluated sentences and chose between alternatives indicating whether or not the addressee was already aware of a previously established obligation. The results revealed a statistically significant effect of the idiomatic construction: sentences containing the idiomatic construction yielded higher proportions of presupposition selection compared to equivalent sentences in the simple imperative. These findings suggest that the construction is conventionally associated with that presupposition, as postulated by Authors (2024). By testing this proposal through an experimental design, this study contributes to consolidating the semantic-

^{1*} Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. E-mail: dennisalves@letras.ufrj.br.

^{2*} Professor Adjunto da Universidade Federal de Janeiro – UFRJ. Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e Mestre em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. E-mail: diogopinheiro@letras.ufrj.br.

pragmatic description of a Brazilian Portuguese construction and paves the way for future investigations, including the testing of other hypotheses found in the literature.

Keywords: Idiomatic constructions; Experimental linguistics; Pragmatic presupposition; Prior obligation.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da Gramática de Construções (GC) na década de 1980 é motivado, em grande medida, pela avaliação de que a porção irregular do conhecimento linguístico do falante é muito mais vasta do que parece sugerir a tradição hegemônica dos estudos da linguagem ao longo do século XX. Essa percepção levou os primeiros construcionistas – em particular, Charles Fillmore, Paul Kay e George Lakoff, todos pesquisadores da Universidade da Califórnia – a se debruçarem preferencialmente sobre os chamados *idioms*, isto é, padrões linguísticos que apresentam algum tipo de irregularidade (seja ela sintática ou semântica) em face das regras gerais da gramática de uma dada língua.

Essa circunstância histórica inaugurou uma agenda que vem sendo desenvolvida desde então, que consiste na identificação e descrição de idiomatismos em diversas línguas (Kay, 1984; Fillmore, 1985; Lakoff, 1987; Fillmore; Kay; O’connor, 1988; Lambrecht, 1990; Jackendoff, 1997; Kay; Fillmore, 1999; Lewandowski, 2021; Sousa; Pinheiro, 2023; Pinheiro; Sousa; Portela, 2024; Pinheiro; Sasse, 2025). No português brasileiro, um exemplo expressivo desse tipo de padrão envolve a sequência superficial VÊ/VEJA SE S, observável em enunciados como os que seguem:

- Vê se não demora.
- Veja se devolve meu livro.

Não é difícil perceber que o significado de enunciados como esses não corresponde à soma dos significados de suas partes. Em termos mais concretos, ao ouvirmos enunciados como (1), não o interpretamos como um pedido para que uma pessoa veja se ela própria não demora. Da mesma forma, ao ouvirmos enunciados como (2), dificilmente imaginamos que se trata de uma solicitação para que uma pessoa verifique se ela própria devolve ou não o livro.

Partindo dessa percepção, Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023) buscaram investigar quando e como esse padrão idiomático teria surgido no PB. A partir de uma análise de dados coletados no *Corpus* do Português, os autores argumentaram que enunciados como (1) e (2) são instâncias de uma construção idiomática que teria surgido no século XIX, a partir de um mecanismo de neoanálise³ de construtos de uma construção

³ Traugott e Trousdale (2013) propõem o uso do termo *neoanálise* (em vez de *reanálise*) para descrever o processo de mudança linguística, argumentando que reanalisar significa analisar novamente, o que não é possível para estruturas recém-surgidas. Para os autores, toda mudança linguística envolve uma nova e inaugural interpretação, isto é, uma reformulação, uma nova análise do significado de uma estrutura.

composicional de imperativo. Mais especificamente, os autores propõem que instâncias de uma construção composicional com o verbo “ver” e complemento oracional teriam propiciado a neoanálise quando proferidas em contextos em que a relação entre os interlocutores era baseada na existência de obrigações preestabelecidas do ouvinte para com o falante.

Alves e Pinheiro (2024), dando continuidade ao estudo anterior, fazem uma descrição sistemática desta construção no português brasileiro contemporâneo, esmiuçando suas propriedades formais e funcionais a partir de dados coletados no mesmo *corpus*. Resumidamente, os autores propõem que os elementos formais “vê/veja” e “se” compõem um todo indivisível (ou um *chunk*) responsável por dar um comando para a realização de uma ação (expressa pela sentença que se segue ao *chunk*) que, sob a perspectiva do falante, o interlocutor já sabia que deveria realizar. Essa especificação, segundo os autores, faz emergir uma inferência de que o falante acredita que seu interlocutor provavelmente não faria o que lhe caberia fazer, o que leva à necessidade de uma repreensão preventiva. Essa inferência, por sua vez, estaria associada a uma segunda inferência de avaliação negativa ou desaprovação do comportamento potencial do ouvinte, sustentada pelo raciocínio de que, se o falante julga que o ouvinte não faria o que era esperado dele, então ele faz uma avaliação negativa do comportamento potencial desse ouvinte.

Apesar de fornecerem uma explicação para o surgimento da construção, no primeiro caso, e uma descrição sistemática desta, no segundo, esses estudos se basearam apenas no levantamento e análise qualitativa de dados de um *corpus*. Isso significa que ambos os estudos se propuseram a *gerar* hipóteses, mas não a testá-las. Por esse motivo, buscamos, com o presente estudo, testar empiricamente, por meio de um método quantitativo, uma das propostas apresentadas no segundo estudo. Especificamente, propomo-nos a verificar se, de fato, o pressuposto de obrigação prévia, que hipotetizamos estar associado à construção em foco, é psicologicamente real. Para isso, adotaremos um método experimental, qual seja, um paradigma off-line de escolha forçada. O fato de se tratar de uma abordagem experimental permite que ela ofereça acesso mais direto à intuição do falante acerca da construção investigada.

Este artigo está organizado como segue. Na próxima seção, dedicada à revisão da literatura, apresentamos resumidamente a proposta de Alves e Pinheiro (2024). Na seção seguinte (seção 3), explicitamos as etapas e opções metodológicas adotadas para a investigação aqui proposta. Em seguida, apresentamos nossos resultados (seção 4) e, na sequência, uma discussão desses resultados (seção 5). Finalmente, na última seção, destacamos os principais resultados e as contribuições que o presente estudo oferece.

2. REVISÃO DA LITERATURA: A PROPOSTA DE ALVES E PINHEIRO (2024)

Os estudos sobre construções idiomáticas no português brasileiro têm ganhado destaque nos últimos anos. Nesse contexto, o trabalho de Alves e Pinheiro (2024) oferece uma contribuição relevante ao mapear os usos da construção idiomática com “vê/veja se” no português brasileiro contemporâneo. Os autores fizeram um levantamento das

ocorrências da construção na seção *NOW* (*News On Web*) do *Corpus* do Português, que inclui dados apenas do século XXI. Os dados coletados foram organizados e quantificados em função de parâmetros que os autores julgaram relevantes para a análise. Em seguida, procedeu-se a uma análise qualitativo-interpretativa com o objetivo de identificar as propriedades formais e funcionais da construção.

No que diz respeito à forma, Alves e Pinheiro (2024) identificaram uma predominância da flexão verbal “vê” em relação à flexão “veja”. Dos 143 dados coletados, 134 apresentavam a forma “vê”, o que corresponde a quase 94% do total. Os autores argumentam que essa predominância pode ser reflexo de uma especificidade da flexão de imperativo no português atual, o que encontra respaldo no trabalho de Andrade, Melo e Scherre (2007), que identifica uma mudança na preferência da forma imperativa associada ao subjuntivo para a forma associada ao indicativo no final do século XX. Soma-se a isso o argumento de que verbos com apenas uma sílaba e vinculados a contextos discursivos dialógicos e menos formais favorecem, na atual sincronia, o uso do imperativo associado à forma do indicativo (Scherre, 2007).

Ainda em relação às propriedades formais, Alves e Pinheiro (2024) identificaram que a construção idiomática não admite elementos intervenientes entre “vê/veja” e “se”. Em 100% das 143 ocorrências não havia elementos gramaticais entre esses dois itens. Segundo os autores, essa observação sugere que a sequência “vê/veja se” constitui um *chunk*, isto é, uma sequência armazenada como um bloco sintático-semântico. Esta sugestão está alinhada à teoria adotada, que prevê que a repetição de sequências leva à formação de *chunks*, o que tende a limitar a presença de elementos intervenientes.

Quanto às propriedades funcionais, os autores apontam que a construção realiza um ato diretivo, que consiste em um comando para que o interlocutor realize (ou não realize) determinada ação, denotada pelo verbo da sentença que se segue à sequência “vê/veja se”. Mais especificamente, Alves e Pinheiro (2024) argumentam que a construção é usada pelo falante para dirigir ao interlocutor um comando para que realize uma ação da qual este já estava ciente. Os autores formulam esse argumento em termos de pressuposição pragmática; isto é, eles postulam que a construção em questão dispara o pressuposto de que *o ouvinte já sabia que deveria realizar a ação denotada pela sentença*.

Segundo os autores, o fato de a construção realizar um ato diretivo de comando para a realização de uma ação que o interlocutor já sabia que deveria realizar faz emergir a inferência de que o falante acredita que seu interlocutor provavelmente não faria o que lhe cabia fazer (da qual resulta a necessidade de uma repreensão preventiva). Essa inferência, por sua vez, parece estar associada a uma segunda inferência, qual seja, uma inferência de avaliação negativa ou desaprovação do comportamento potencial do interlocutor. Essa segunda inferência se sustenta no seguinte raciocínio: se o falante assume que seu interlocutor não faria o que era esperado, então ele faz uma avaliação negativa do interlocutor, isto é, desaprova seu comportamento potencial.

Aplicando a proposta de Alves e Pinheiro (2024) aos exemplos da introdução, no enunciado (1), ao dizer “Vê se não demora”, o falante, ao empregar da construção com “vê/veja se”, sugere que: (i) seu interlocutor já sabia que não deveria demorar; (ii) acredita que este demoraria, justificando a necessidade de uma repreensão preventiva; e (iii) avalia

negativamente seu interlocutor, ao considerá-lo, por exemplo, moroso e displicente. Semelhantemente, em (2), ao enunciar “Veja se devolve meu livro”, o falante usa a estrutura com “vê/veja se” para sugerir que: (i) seu interlocutor já sabia que deveria devolver o livro; (ii) acredita que este não devolveria o livro, o que justifica a repreensão preventiva; e (iii) avalia negativamente o interlocutor, ao considerá-lo irresponsável, por exemplo.

Em suma, Alves e Pinheiro (2024) argumentam que a construção em questão se caracteriza pela presença propriedades das seguintes propriedades pragmáticas: um *pressuposto de obrigação prévia* (isto é, a ideia de que o interlocutor já sabia que deveria realizar a ação denotada pela sentença que se segue à sequência “vê/veja se”); e duas *inferências de avaliação negativa* (isto é, a ideia de que o falante prevê que seu interlocutor provavelmente não irá cumprir com sua obrigação e a avaliação negativa decorrente dessa previsão).

Como se percebe, a análise dos autores oferece uma caracterização detalhada da construção com “vê/veja se” no português brasileiro. Como já ficou dito, porém, essa análise tem natureza qualitativa, o que confere a ela um caráter exploratório – isto é, ela foi concebida como uma maneira de gerar hipóteses sobre os componentes formais e funcionais da construção, mas não de testá-los empiricamente. Diante disso, este estudo se propõe a testar, de maneira sistemática, por meio de um método experimental, uma das hipóteses levantadas por Alves e Pinheiro (2024) – a saber, a hipótese de que *a construção idiomática com “vê/veja se” veicula um pressuposto de obrigação prévia*, segundo o qual o falante assume que o interlocutor já sabia que deveria realizar a ação denotada pelo verbo subsequente. Na próxima seção, dedicada à metodologia, mostraremos de que forma essa hipótese será colocada à prova.

3. METODOLOGIA

Conforme já antecipado, a proposta deste trabalho é testar empiricamente um componente do polo funcional da chamada Construção de Repreensão Preventiva. Para isso, foi desenvolvido um experimento off-line por meio do software OpenSesame. Na seção 3.1, forneceremos uma visão geral do experimento. Em seguida, na seção 3.2, apontaremos os procedimentos adotados na aplicação do experimento. Na seção 3.3, detalharemos a composição dos estímulos. Na sequência, seção 3.4, será descrito o perfil dos participantes e, por fim, na seção 3.5, serão apresentados a previsão experimental e os procedimentos de análise estatística dos resultados.

3.1 VISÃO GERAL DO EXPERIMENTO

A fim de testar a hipótese levantada, desenhamos um experimento off-line de escolha forçada. Nesse experimento, os participantes eram expostos a enunciados e deveriam imaginar que os teriam ouvido como parte de uma conversa. A partir de cada enunciado lido, deveriam fazer uma inferência com base exclusivamente em seu conteúdo. Para isso, eles deveriam escolher uma dentre três opções, identificadas como (A), (B) e (C). Para fins de ilustração, vejamos dois exemplos de estímulos experimentais:

- Ana diz: Paulo, vê se traz meu livro hoje. Estou precisando.
- Ana diz: Paulo, traz meu livro hoje. Estou precisando.

Conforme discutido em seção anterior, é possível afirmar, à luz da proposta de Alves e Pinheiro (2024), que, dada a presença do “vê se”, a sentença em (1) evoca uma pressuposição, o que não ocorre na sentença em (2), com o imperativo simples. Como buscávamos testar essa hipótese, nesse experimento, uma das alternativas ((A) ou (B)) necessariamente representava uma posição *positiva* em relação à ideia de obrigação prévia (neste caso, a ideia de que *Paulo já sabia que deveria levar o livro para Ana*), ao passo que outra alternativa trazia uma posição *negativa* (neste caso, a de que *Paulo não sabia que deveria levar o livro para Ana*). Em todos os casos, a alternativa (C) indicava que não era possível concluir (A) ou (B) – ou seja, no caso deste exemplo, que Paulo *já soubesse*, ou que *não soubesse*, que deveria levar o livro para Ana.

Vale ressaltar que foram incluídos estímulos críticos sem a presença do “vê se”, como ilustrado em (2), a fim de controlar se uma eventual tendência à escolha de respostas com obrigação prévia, poderia ser, de fato, associada à presença da construção idiomática (e não a qualquer tipo de enunciado que realizasse um ato de fala diretivo). Todos os participantes foram expostos a estímulos de ambas as condições (presença e ausência da construção idiomática).

3.2 PROCEDIMENTOS

Antes de começar a responder ao teste, os participantes eram instruídos oralmente sobre a dinâmica do experimento. Os testes foram realizados no software OpenSesame, em cuja tela inicial era exibido o seguinte texto, reforçando as instruções dadas oralmente pelo pesquisador:

“Você foi convidado a participar de um experimento linguístico muito simples.

Leia as instruções a seguir com bastante atenção.

Nesse experimento, você lerá uma sequência de frases. Para cada frase lida, considere a seguinte situação hipotética: imagine que você acabou de entrar em uma sala e ouviu dois amigos, Paulo e Ana, conversando. A frase que aparecerá na tela corresponde à única parte da conversa ouvida por você (em todos os casos, uma fala de Ana para Paulo). Sua tarefa consiste em fazer um julgamento em cada situação e responder sobre o que é possível concluir considerando apenas o que foi ouvido por você (o que corresponderá à sentença que terá lido na tela).

Cada pergunta terá 3 alternativas: A, B e C. Para confirmar sua resposta, você deverá clicar a tecla da alternativa escolhida (A, B ou C) duas vezes.

“Tecla ENTER para começar.”

Neste momento, o pesquisador se afastava, orientando ao participante a chamá-lo ao final do teste. Cada participante era exposto a 24 estímulos, sendo 16 distratores e 8

críticos. Após cada frase, que ficava disponível na tela por 4800ms (tempo suficiente para a leitura de todas as sentenças), o participante selecionava uma dentre três alternativas (A, B ou C). Apesar da duração limitada da exposição à sentença, os participantes tinham o tempo que julgassem necessário para selecionar as alternativas.

3.3 COMPOSIÇÃO DOS ESTÍMULOS

Foram empregados 8 estímulos críticos e 16 distratores, totalizando 24 estímulos. Os estímulos críticos foram divididos em dois scripts (A e B), a fim de evitar a repetição do material lexical entre as duas condições experimentais (presença e ausência da construção idiomática). Em ambos os scripts, cada estímulo crítico aparecia na sequência após dois distratores. Assim, os estímulos críticos sempre ocupavam as seguintes posições: 3, 6, 9, 12, 15, 18, 21 e 24.

Vale apontar que os críticos das duas condições apareciam de forma alternada, na tentativa de dificultar que os participantes identificassem o que estava sendo investigado. Especificamente, os participantes tinham acesso a quatro estímulos críticos de cada condição, com um intervalo de cinco estímulos entre eles (sendo dois distratores, um crítico de outra condição e mais dois distratores). Os críticos da condição *presença da construção idiomática* ocupavam as posições 3, 9, 15 e 21 no script A e as posições 6, 12, 18 e 24 no script B. Já os críticos da condição *ausência da construção idiomática* ocupavam as posições 6, 12, 18 e 24 no script A e as posições 3, 9, 15 e 21 no script B. Abaixo podem ser vistos exemplos de estímulos críticos das duas condições:

Quadro 1 – Exemplos de estímulos experimentais

Script A – Estímulo 3

Ana diz: Paulo, vê se traz meu livro hoje. Estou precisando.

Com base nessa fala, é possível concluir que:

- (A) Paulo já sabia que deveria devolver o livro para Ana.
- (B) Paulo não sabia que deveria devolver o livro para Ana.
- (C) Não é possível concluir A ou B.

Script A – Estímulo 6

Ana diz: Você sumiu. Aparece lá em casa.

Com base nessa fala, é possível concluir que:

- (A) Paulo não sabia que deveria visitar Ana com mais frequência.
- (B) Paulo já sabia que deveria visitar Ana com mais frequência.
- (C) Não é possível concluir A ou B.

Fonte: Elaboração própria.

É interessante apontar que as alternativas A e B foram contrabalanceadas, de maneira que, em metade dos casos, a alternativa A correspondia a posição positiva (e a alternativa B, à posição negativa), ao passo que, na outra metade, acontecia o inverso. No estímulo 3, por exemplo, a ideia de que *Paulo já sabia que deveria devolver o livro para Ana* está

presente na alternativa A, ao passo que, no estímulo 6, a ideia de que *Paulo já sabia que deveria visitar Ana com mais frequência* consta na alternativa B. Como a alternativa C necessariamente fazia referência às outras duas, mantivemo-la em posição fixa, como terceira alternativa.

3.4 PERFIL DOS PARTICIPANTES

Ao total, responderam ao experimento 60 participantes. Todos eram falantes nativos de português brasileiro, especificamente da variedade carioca, e possuíam entre 18 e 52 anos, com ensino superior completo ou em andamento em áreas diversas. Restringimos apenas o nível de conhecimento na área de Linguística, a fim de evitar que o participante pudesse identificar o objeto investigado e passasse a responder aos estímulos de modo consciente. Dessa forma, os voluntários que cursavam Letras eram estudantes que estavam, no máximo, no 2º período do curso.

3.5 PREVISÕES EXPERIMENTAIS E ANÁLISE ESTATÍSTICA

Como vimos, este estudo buscou testar experimentalmente uma hipótese acerca da construção idiomática com “vê/veja se” do PB contemporâneo: a proposta de que essa construção dispara uma pressuposição de que o interlocutor já sabia que deveria realizar a ação da sentença que se segue ao *chunk* “vê/veja se”.

Tendo essa hipótese como ponto de partida, previmos que a escolha da alternativa com posição positiva (presença do pressuposto) seria significativamente mais frequente na condição com presença da construção idiomática do que na condição com ausência da construção. Em termos mais concretos, previmos que para os estímulos críticos que se iniciavam com “vê se”, haveria um maior índice de escolha das alternativas do tipo “já sabia” (por exemplo, no caso do estímulo 3 do Quadro 1, a alternativa segundo a qual Paulo *já sabia* que deveria realizar devolver o livro para Ana), em comparação com sentenças com imperativo simples (como é o caso, por exemplo, do estímulo 6 do Quadro 1).

Para a análise estatística, rodamos um modelo de regressão logística binominal, que, basicamente, estima a probabilidade de ocorrência de um evento com base nos valores das variáveis independentes. No caso específico do nosso experimento, o modelo serviu para estimar, com base nas respostas dadas pelos participantes, a probabilidade de escolha do pressuposto em cada condição, a fim de verificar se um maior ou menor índice de escolha poderia ser de fato motivado pela presença ou ausência da construção com “vê/veja se”.

4. RESULTADOS

Conforme apresentado anteriormente, propusemo-nos a testar se a construção idiomática com “vê/veja se” pode ser de fato associada à pressuposição de obrigação prévia. Isso quer dizer, em termos mais concretos, que buscamos investigar se a construção evoca a ideia de que o interlocutor, que recebe a repreensão preventiva, já

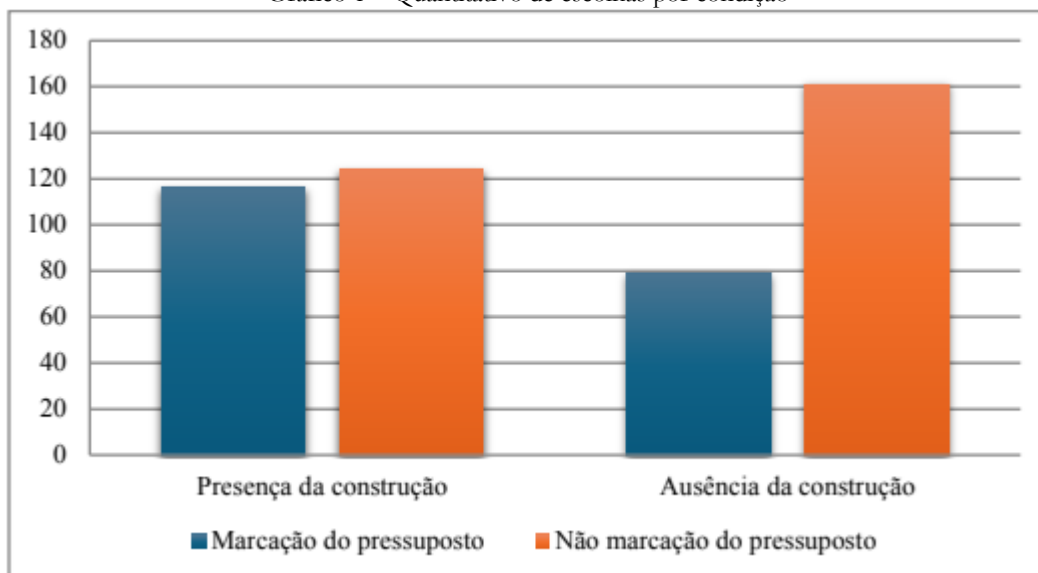
estava ciente de sua obrigação no momento da fala. Em nosso experimento, essa proposta se traduziu na previsão de que os estímulos críticos com a presença da construção receberiam significativamente mais marcações de alternativas com pressuposto (iniciadas por *Paulo já sabia que...*) do que de alternativas sem pressuposto (iniciadas por *Paulo não sabia que...* ou por *Não é possível concluir*)⁴ em comparação com a condição com ausência da construção. A tabela e o gráfico abaixo comparam o quantitativo de escolhas dos participantes em cada condição:

Tabela 1 – Quantitativo de escolhas por condição

Condição	Marcação do pressuposto	Não marcação do pressuposto
Presença da construção	116 (48%)	124 (52%)
Ausência da construção	79 (33%)	161 (67%)

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 1 – Quantitativo de escolhas por condição



Fonte: Elaboração própria.

Como se observa, houve mais marcações do pressuposto na presença da construção do que em sua ausência. Das 240 respostas dadas aos estímulos com “vê se”, 116 foram positivas para a presença do pressuposto (o que corresponde a aproximadamente 48% dos dados dessa condição), em oposição a apenas 79 respostas positivas (ou 33%) na ausência do “vê se”. Esses resultados sugerem que comandos com “vê se” tendem a favorecer a interpretação de obrigação prévia (ou seja, a ideia de que, sob a perspectiva do falante, o interlocutor já sabia que deveria realizar a ação expressa pelo

⁴ Para fins dessa análise, agrupamos o quantitativo de respostas *Paulo não sabia que...* e *Não é possível concluir*, que expressam a não marcação do pressuposto.

verbo), em comparação com comandos mais diretos com imperativo simples, sem a presença dessa construção idiomática.

Os dados obtidos por meio do experimento foram usados para rodar um modelo de regressão binomial com efeitos mistos (por participante e por item), cujos resultados podem ser vistos a seguir.

Figura 1 – Resultados da análise estatística

<i>Predictors</i>	pressuposicao		
	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>
(Intercept)	0.37	0.15 – 0.89	0.027
cx [vесе]	2.43	1.56 – 3.79	<0.001
Random Effects			
σ^2	3.29		
τ_{00} sujeito	0.91		
τ_{00} item	1.30		
τ_{00} script	0.00		
N_{script}	2		
N_{sujeito}	60		
N_{item}	8		
Observations	480		

Fonte: Elaboração própria.

A variável independente de interesse (presença ou ausência da construção) foi incluída como efeito fixo, enquanto sujeito, item e script foram incluídos como efeitos aleatórios. O modelo confirmou o efeito da presença da construção, mostrando que a chance de marcação do pressuposto foi maior quando a construção estava presente. Especificamente, o experimento mostra que a presença da construção mais do que dobra as chances de marcação do pressuposto (*Odds Ratios* = 2.43). Além disso, o intervalo de confiança está totalmente acima de 1 (*CI* 1.56 – 3.79), sugerindo que o efeito é estatisticamente significativo e positivo ($p < 0.001$).

Vale notar que o modelo revelou variabilidade considerável entre participantes ($\tau^2 = 0.91$) e entre itens linguísticos ($\tau^2 = 1.30$), indicando que esses fatores contribuíram significativamente para o padrão geral de respostas. Por outro lado, a variância associada aos scripts foi nula ($\tau^2 = 0.00$), sugerindo que os dois scripts utilizados não influenciaram significativamente a tendência de marcação de pressuposto.

5. DISCUSSÃO

Apesar de os resultados terem apontado uma diferença estatisticamente significativa entre a marcação do pressuposto na presença e na ausência da construção, não podemos deixar de observar que, mesmo na presença da construção, a quantidade de respostas com o pressuposto foi numericamente menor do que o de respostas sem o pressuposto. Conforme apontado na tabela 1, dos 240 estímulos com “vê se”, 116 (ou 48%) receberam a resposta esperada, isto é, a marcação do pressuposto. Em termos concretos, mesmo quando a sentença que compunha o estímulo crítico incluía o “vê se”, a maior parte dos participantes (52%) não assinalou a alternativa que descrevia que Paulo já sabia que deveria realizar determinada ação (ainda que a diferença tenha sido bastante pequena). Conforme já apontado, prevíamos que a presença da construção induziria significativamente mais marcações de alternativas com pressuposto do que de alternativas sem pressuposto, em comparação com a condição ausência da construção. Embora, na comparação entre condições, isso tenha de fato ocorrido, a distribuição das respostas na condição com presença da construção é digna de reflexão e discussão.

Para melhor compreender essa distribuição, optamos por analisar os estímulos críticos um a um, na tentativa de verificar se algum outro fator poderia ter interferido nos resultados. A tabela abaixo traz a quantidade de marcações do pressuposto para cada estímulo crítico (de ambas as condições). Vale apontar que, como o experimento foi rodado em dois scripts, e como o mesmo material lexical variava nos scripts entre as duas condições, a quantidade máxima de respostas para cada crítico é 30, o que equivale a 60 participantes divididos em 2 scripts.

Tabela 2 – Quantitativo de escolhas do pressuposto por estímulo

	Presença da construção	Ausência da construção
Crítico 1	25/30	20/30
Crítico 2	11/30	10/30
Crítico 3	4/30	1/30
Crítico 4	20/30	14/30
Crítico 5	17/30	15/30
Crítico 6	20/30	9/30
Crítico 7	7/30	7/30
Crítico 8	12/30	3/30
Total	116/240	79/240

Fonte: Elaboração própria.

De modo geral, nota-se que o mesmo estímulo crítico recebeu mais marcações do pressuposto quando havia a presença da construção do que quando em sua ausência, com exceção do estímulo crítico 7, para o qual o número de marcações foi o mesmo nas duas condições. Embora essa diferença numérica para cada estímulo não pareça particularmente elevada, ela se revelou, como vimos, estatisticamente significativa, com a presença da construção mais do que dobrando as chances de marcação do pressuposto.

Em uma primeira aproximação, podemos dividir os estímulos críticos em dois grupos. De um lado, os estímulos 2, 3, 7 e 8 correspondem aos casos em que as marcações do pressuposto na presença da construção representam menos da metade do total de respostas dadas. De outro, os críticos 1, 4, 5 e 6 são aqueles em que as marcações do pressuposto na presença da construção correspondem a mais da metade do total de respostas dadas. Vamos examinar esses dois grupos separadamente.

Começemos pelo primeiro grupo. Nele, o estímulo crítico 2 corresponde às seguintes sentenças: “Você sumiu. Vê se aparece lá em casa.” (script B) e “Você sumiu. Aparece lá em casa.” (script A). Em relação à condição com a presença da construção, para a qual se esperavam mais respostas positivas, é possível que a sentença tenha sido interpretada composicionalmente. Conforme apontado por Alves, Pinheiro e Leite de Oliveira (2023), a sequência “vê/veja se” + sentença pode suscitar uma interpretação composicional segundo a qual o falante, explicitamente, instrui o interlocutor a realizar uma *verificação* quanto à possibilidade de realização de uma ação⁵. Assim, uma paráfrase aproximada para “Vê se aparece lá em casa” (segundo essa leitura) seria algo como “Verifique a possibilidade de aparecer lá em casa”, o que soa como um convite (e não mais como uma ordem). É bastante possível que este tenha sido o significado mais saliente no estímulo crítico 2 do script B, o que pode explicar o número relativamente baixo de escolhas do pressuposto de obrigação prévia.

No crítico 3, foram julgadas as sentenças “Não quero chegar lá sozinha, Paulo. Vê se me espera.” (script A) e “Não quero chegar lá sozinha, Paulo. Me espera.” (script B). Este estímulo foi o que recebeu menor número de marcações do pressuposto em ambas as condições. Aqui, supomos que a justificativa anterior (“Não quero chegar lá sozinha”) sugere que a motivação para a solicitação de Ana está no próprio discurso, fortalecendo a ideia de que o pedido nasce no momento da fala. Assim, é provável que a leitura de que Paulo ainda não tinha a obrigação prévia de esperar Ana tenha sido favorecida. Desse modo, muitos participantes podem ter concluído que não havia pressuposto de obrigação, reduzindo as marcações nas duas condições.

Quanto ao crítico 7, as sentenças “Paulo, estou ficando sonolenta. Vê se traz um café pra mim.” (script A) e “Paulo, estou ficando sonolenta. Traz um café pra mim.” (script B) foram postas em julgamento. Para este estímulo, houve um empate, com um baixo número de marcações do pressuposto nas duas condições. Especulamos que a presença da causa explícita no discurso (“estou ficando sonolenta”) cria um contexto em que o pedido é percebido como contingente a um estado momentâneo do falante, e não como algo que Paulo já devia saber. Por isso, a ideia de urgência situacional pode ter levado os participantes a interpretar as sentenças como uma simples solicitação emergente, atenuando a leitura de obrigação prévia mesmo na presença da sequência superficial “vê se”.

⁵ Aqui, é necessária uma ressalva. Dizemos que a leitura é composicional porque se trata de mobilizar a construção composicional [Vê se + sentença], a mesma que licencia construtos perfeitamente composicionais como “Vê se a janela está aberta” e “Vê se tem ovo na geladeira”. No entanto, é evidente que a leitura de pedido ou convite, que envolve o reconhecimento de uma estratégia de polidez, envolve uma camada de interpretação não literal.

Por fim, no crítico 8, foram julgadas as sentenças “Vê se pega o casaco antes de sair. Está frio lá fora.” (script B) e “Pega o casaco antes de sair. Está frio lá fora.” (script A). Embora, para este estímulo, a condição com a presença da construção tenha recebido expressivamente mais marcações do pressuposto do que a condição com ausência, este número ainda ficou abaixo da metade, o que sugere a necessidade de uma análise mais atenta. Neste caso, o pedido envolve um cuidado pessoal (“pegar o casaco”). A informação adicional “Está frio lá fora” funciona como justificativa factual, o que faz a instrução soar mais como um conselho. Consequentemente, os participantes podem ter inferido que Ana estaria apenas fazendo um lembrete protetivo, não pressupondo que o interlocutor já soubesse da obrigação. Em termos construcionistas, isso significa que, assim como especulamos para o estímulo 2, também aqui os participantes podem ter tomado o construto apresentado como instância da construção composicional, e não como instância da construção idiomática que é objeto do nosso estudo. Caso isso tenha acontecido, é natural que a quantidade de marcações do pressuposto tenha sido baixa.

Em suma, tudo indica que a relativa escassez de marcação do pressuposto nesse grupo de estímulos pode ter duas motivações. No caso dos estímulos 2 e 8, a ambiguidade das sequências diretivas com “vê se”, que tanto podem ser interpretadas composicionalmente, resultando em uma leitura de pedido ou convite, quanto podem ser interpretadas idiomáticamente, resultando em uma leitura de repreensão (e o fato de que o contexto do estímulo favorecia uma leitura de convite). No caso dos estímulos 3 e 7, temos elementos contextuais que favorecem a leitura de que o ato diretivo realizado decorre de uma motivação particular ao contexto de interação em questão (e, consequentemente, desfavorece a leitura de que a tarefa mencionada corresponderia a uma obrigação previamente estabelecida).

De todo modo, vale observar que, conforme já comentado, em todos esses quatro casos, a quantidade de marcações do pressuposto na condição com a presença de construção idiomática foi numericamente maior ou igual à da condição com imperativo simples. Essa comparação sugere claramente que a construção idiomática contribui, em si mesma, para a evocação do pressuposto, mesmo que, em alguns casos, devido à interveniência dos fatores discutidos acima, a frequência dessa marcação não seja particularmente expressiva. Em termos claros: mesmo quando os falantes tendem a não evocar o pressuposto de obrigação prévia diante do “vê se”, eles, ainda assim, fazem isso com mais frequência do que quando diante do imperativo simples.

Passemos agora para o segundo grupo de estímulos críticos, composto pelos estímulos 1, 4, 5 e 6. Nesses casos, as marcações do pressuposto na presença da construção ficaram dentro do esperado, representando mais da metade do total de respostas dadas. Em uma análise mais detalhada, notamos, nesses estímulos, a presença de alguns elementos cotextuais que potencialmente favoreceriam a escolha do pressuposto, mesmo na ausência da construção idiomática. Isso, em tese, poderia enviesar indevidamente os resultados; mas, como veremos adiante, isso não acontece neste caso.

Começamos pelo estímulo 1, cujas frases postas em julgamento foram “Paulo, vê se traz meu livro hoje. Estou precisando.” (script A) e “Paulo, traz meu livro hoje. Estou precisando.” (script B). Aqui, a presença da construção induziu a mais marcações de que

Paulo já sabia que deveria devolver o livro para Ana (em comparação com o pressuposto de que Paulo *não* sabia isso). Quanto a isso, é interessante apontar que a palavra “hoje” pode ter favorecido esse resultado, pois denota urgência para a realização da ação. Além disso, o pronome possessivo “meu” deixa evidente que o livro é de Ana, fator que se soma ao nosso conhecimento de mundo sobre como funcionam empréstimos: uma vez que alguém recebe algo *emprestado*, necessariamente o beneficiário do empréstimo se compromete com a obrigação de devolver. Dito de outro modo, sabemos que cabe a Paulo devolver o que não lhe pertence, independentemente de isso ter sido explicitado.

Em relação ao crítico 4, as sentenças julgadas foram “Vê se descansa um pouco. Você está muito sobrecarregado.” (script B) e “Descansa um pouco. Você está muito sobrecarregado.” (script A). Este estímulo recebeu um número considerável de marcações do pressuposto nas duas condições, com a presença da construção favorecendo ainda mais essa marcação. Vale apontar que, nesse caso, a ação que está sendo denotada (descansar) não é uma obrigação pontual como “levar um café” ou “devolver um livro”, mas um comportamento esperado diante de um estado conhecido de sobrecarga. A frase “Você está muito sobrecarregado” funciona como justificativa para o enunciado anterior, o que pode produzir a interpretação de que a responsabilidade denotada (descansar) já havia sido previamente negligenciada.

No que diz respeito ao crítico 5, foram julgadas as sentenças “Vê se não para de estudar. É importante pra você.” (script A) e “Não para de estudar. É importante pra você.” (script B). Para este estímulo, o número de marcações do pressuposto representou metade do total na ausência da construção e um pouco mais da metade na presença da construção. Nesse caso, há um claro pressuposto de continuidade esperada: o falante assume que seu interlocutor já vem estudando (o que é evidenciado pelo verbo “parar”) e que deve continuar (marcado pelo “não” antes do verbo). A justificativa “É importante pra você” reforça esse valor de continuidade desejada, com a presença da construção reforçando ainda mais a leitura de que Paulo já sabia que não deveria parar.

Quanto ao crítico 6, as sentenças às quais os participantes foram expostos foram “Vê se marca aquele reencontro, Paulo. Estou com saudades da galera.” (script B) e “Marca aquele reencontro, Paulo. Estou com saudades da galera.” (script A). Aqui parece haver um contexto partilhado: o pronome demonstrativo “aquele” indica que o reencontro já foi cogitado anteriormente, favorecendo a marcação do pressuposto, independentemente da construção.

O que essa análise sugere é o seguinte: nos casos dos estímulos 1, 4, 5 e 6, existem elementos cotextuais, bem como informações referentes ao nosso conhecimento enciclopédico, que poderia favorecer a interpretação do pressuposto de obrigação, o que, por seu turno, teria potencial para enviesar o resultado. É fundamental observar, no entanto, que os mesmos elementos cotextuais e as mesmas informações associadas ao conhecimento enciclopédico também estão presentes nas “contrapartes” de cada estímulo na condição com imperativo. Ora, se esses fatores fossem, sozinhos, os responsáveis por inflar a quantidade de marcações do pressuposto nos estímulos em questão, esperaríamos encontrar uma quantidade próxima de marcações nas frases com imperativo simples – o que, claramente, não é o caso. Com efeito, em todos esses quatro casos, a quantidade de

marcações do pressuposto é numericamente maior na condição com a construção idiomática, em comparação com a condição sem essa construção – o que exclui a possibilidade de que o resultado se deva somente aos elementos cotextuais e conhecimento de mundo, e sinaliza que ele deve ser afetado também pela pragmática inerente à própria construção gramatical.

Em resumo, nossa análise *a posteriori* revela a existência de dois subconjuntos de estímulos: o primeiro parece conter elementos que favorecem a leitura de obrigação prévia, ao passo que o segundo contém elementos que a desfavorecem. Esses elementos poderiam em princípio ser interpretados como de variáveis confundidoras, na medida em que não foram previamente controlados e têm potencial para impactar a escolha do participante. No entanto, conforme mostramos acima, isso não acontece de fato, uma vez que os mesmos elementos estão presentes nas duas condições – o que conduz inevitavelmente à conclusão de que a diferença significativa entre elas se deve à pragmática inerente da construção idiomática com “vê se” (em oposição à de imperativo simples).

De todo modo, para experimentos futuros, é possível, sem dúvida, redesenhar o experimento a fim de controlar as variáveis potencialmente confundidoras. Por exemplo, é possível realizar estudos prévios de normatização dos estímulos a fim de incluir, no experimento principal, apenas estímulos em que não sejam expressas ações associadas, no conhecimento enciclopédico do falante, a obrigações sociais já estabelecidas. Dessa maneira, o papel do conhecimento de mundo estaria diretamente controlado e não poderia, portanto, afetar de nenhuma forma os resultados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo investigar se a construção idiomática com “vê/veja se” + sentença ativa um pressuposto de obrigação prévia por parte do interlocutor, conforme proposto por Alves e Pinheiro (2024). Para isso, conduzimos um experimento off-line de escolha forçada, no qual 60 participantes avaliaram sentenças em contextos comunicativos variados, optando por alternativas que indicavam ou não a consciência de uma obrigação previamente estabelecida.

Os resultados revelaram que a presença da construção produziu um efeito estatisticamente significativo: mesmo diante de contextos discursivos menos propensos à leitura de obrigação prévia, as sentenças com “vê se” apresentaram proporções maiores de seleção do pressuposto em comparação com as sentenças com imperativo simples. Esse achado sustenta a hipótese de que a construção está convencionalmente associada a esse pressuposto. Como possíveis desdobramentos da pesquisa, propomos: (i) um novo experimento que controle a variável relativa ao tipo de ação evocada, conforme comentado ao final da seção anterior; (ii) experimentos adicionais que testem as demais hipóteses formuladas por Alves e Pinheiro (2024).

REFERÊNCIAS

- ALVES, D. O.; PINHEIRO, D. O. R.; LEITE DE OLIVEIRA, D. “Vê se lê este artigo”: o surgimento de uma construção idiomática com VÊ/VEJA SE S no português brasileiro. In: PINTO, D. C. M.; MARENGO, S. D. (orgs.). *Filologia e Linguística Histórica*. Revista Linguística UFRJ, v. 19, n. 1, p. 303-323, 2023.
- ALVES, D. O.; PINHEIRO, D. O. R. Idiomaticidade na gramática: uma abordagem construcionista dos padrões idiomáticos com “VÊ/VEJA SE S” no português brasileiro. *(Con)Textos Linguísticos*, v. 40, p. 112-132, 2024.
- ANDRADE, C. Q.; MELO, F. G. de; SCHERRE, M. M. P. *História e variação linguística: um estudo em tempo real do imperativo gramatical em revistas em quadrinhos da Turma da Mônica. Finos Leitores: Jornal de Letras, Brasília*, v.3, n.1, 2007.
- AUTOR. Motivação e não sinonímia em Gramática de Construções: o caso das construções [se fazer de x] e [dar uma de x]. *CONFLUÊNCIA*, v. 1, p. 265-294, 2025.
- FILLMORE, C. J. Syntactic intrusions and the notion of grammatical construction. *Proceedings of the 11th Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, pp. 73-86, 1985.
- FILLMORE, C. J.; KAY, P.; O’CONNOR, C. *Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of let alone. Language*, 63, 3, pp. 501-538, 1988.
- JACKENDOFF, Ray. Twistin'the night away. *Language*, p. 534-559, 1997.
- KAY, Paul. The kind of/sort of construction. In: *Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p. 157-171, 1984.
- KAY, Paul.; FILLMORE, C. J. Grammatical constructions and linguistic generalizations: The What's X doing Y? construction. *Language*, v. 75, n. 1, p. 1-33, 1999.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University Press, 1987.
- LAMBRECHT, K. “What, me worry?” ‘Mad Magazine Sentences’ Revisited. *Proceedings of the Sixteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, p.215-228, 1990.
- LEWANDOWSKI, W. Constructions are not predictable but are motivated: Evidence from the Spanish complete reflexive. *Linguistics*, 59(1), 35–74, 2021.
- PINHEIRO, D. O. R.; SASSE, P. “Que sair o quê, eu tô escrevendo um artigo”: uma

análise construcionista das construções [QUE MANÉ X],[QUE X O QUÊ] e [QUE X QUE NADA] do português brasileiro. *Revista de Letras Norte@mentos*, v. 18, n. 54, p. 278-298, 2025.

PINHEIRO, D. O. R.; SOUSA, C. S.; PORTELA, B. C. Idiomaticidade em Gramática de Construções: a Construção de Contraexpectativa com Bem sob uma análise semântico-pragmática. *Confluência*, v. 66, p. 171-192, 2024.

SOUSA, C. S.; PINHEIRO, D. O. R. Idiomaticidade na gramática: um estudo da Construção Bem Que S. *Revista Entrepalavras*, v. 13, p. 326-345, 2023.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. New York: Oxford University Press, 2013.

Recebido em: 18/09/2025

Aprovado em: 14/12/2025

Publicado em: 08/01/2026